

9. PROGRAMAÇÃO A CARGO DO PODER LEGISLATIVO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

OGE 2024

Assembleia Legislativa do Estado

PRINCIPAIS FINALIDADES:

Exercer o Poder Legislativo, dispondo sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente às discriminadas na Carta Magna Estadual, exigida a sanção do Governador, exceto para as de competência exclusiva da Assembleia Legislativa.

Inciso VI do Art.12 da LDO nº 9.977 de 06/07/2023

LEGISLAÇÃO BÁSICA	EMENTA
Constituição do Estado do Pará, artigos 86 a 123(*).	Dispõe sobre o Poder Legislativo do Estado do Pará. (*) Incisos XXXII e XXXIII do art. 92 foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, no bojo da ADI nº 4.790.
Emenda Constitucional nº 26, de 16 de junho de 2004.	Dá nova redação ao art.307 da Constituição do Estado do Pará.
Emenda Constitucional nº 67, de 18 de novembro de 2015.	Dá nova redação ao inciso I do art. 92, da Constituição do Estado do Pará.
Decreto Legislativo nº 11, de 20 de dezembro de 2017.	Acrescenta o art. 5º-A, no texto do Decreto Legislativo nº 35, de 15 de dezembro de 2015.
Decreto Legislativo nº 06, de 18 de junho de 2019.	Altera dispositivos dos Decretos Legislativos 03/2012 e 05/2015, revoga dispositivo do Decreto Legislativo 29/1995, introduzido pelo Decreto Legislativo 18/2013 e dá outras providências.
Emenda Constitucional nº 80, de 23 de dezembro de 2019.	Altera o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado do Pará.
Emenda Constitucional nº 81, de 08 de abril de 2020.	Acrescenta o § 11, ao art. 99, da Constituição do Estado do Pará, dispondo sobre a realização de reuniões presenciais ou remotas pela Assembleia Legislativa e suas Comissões, em períodos excepcionais.
Decreto Legislativo nº 36, de 30 de novembro de 2021.	Regulamenta o inciso II, do art. 132, da Lei 5.810/94.
Decreto Legislativo nº 23, de 06 de dezembro de 2022.	Reformula o Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, instituindo a versão digital, e revoga o Decreto Legislativo nº 20/85.
Resolução nº 02, de 20 de dezembro de 2022.	Aprova o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

Assembleia Legislativa do Estado

Inciso III do Art.12 da LDO nº 9.649, 29/08/2022

OGE 2024 R\$ 1,00

Especificação	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência
01101 Assembleia Legislativa do Estado	864.676.768	566.703.266	0	282.873.502	15.100.000	0	0	0
0150000001 Rec. Não Vinculados de Impostos (Rec. Ordinário)	834.655.482	548.269.470	0	271.286.012	15.100.000	0	0	0
0150100012 Rec. Não Vinculados de Impostos (Rec. Dos Poderes)	2.703.350	0	0	2.703.350	0	0	0	0
0179900063 Recursos de Contribuições Sociais dos Deputados	27.317.936	18.433.796	0	8.884.140	0	0	0	0
Total	864.676.768	566.703.266	0	282.873.502	15.100.000	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PROGRAMA DE TRABALHO

Assembleia Legislativa do Estado

01101 Assembleia Legislativa do Estado

Inciso III do Art.12 da LDO nº 9.649, 29/06/2022

Programa Função / Subfunção Projeto-Atividade / Operações Especiais	A C A O	E S F	M O D	FONTE	ODS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	OGE 2024			Reserva de Contingência
										Investi- mentos	Inversões Financeiras	Amortiza- ção da Dívida	
0000 Encargos Especiais						27.317.936	18.433.796	0	8.884.140	0	0	0	0
01-Legislativa / 846-Outros Encargos Especiais						27.317.936	18.433.796	0	8.884.140	0	0	0	0
9018 Pagamento de Pensões						27.317.936	18.433.796	0	8.884.140	0	0	0	0
		3 F 90		01799000063		8.884.140	0	0	8.884.140	0	0	0	0
		3 F 91		01799000063		18.433.796	18.433.796	0	0	0	0	0	0
Objetivo:													
Produto: Pensão Especial Paga													
				Qde.: 121 Pes									
Total						864.676.768	566.703.266	0	282.873.502	15.100.000	0	0	0

F - Fiscal S - Seguridade Social
 1 - Projeto 2 - Atividade 3 - Op.Especiais



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
CONSOLIDAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

Assembleia Legislativa do Estado

01101 Assembleia Legislativa do Estado

Inciso III do Art.12 da LDO nº 9.649, 29/06/2022

FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investi- mentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência
01.031.1496-7624	Construção da Nova Sede da ALEPA	400.000	0	0	400.000	0	0	0	0
01.031.1496-8548	Interiorização do Processo Legislativo	2.986.000	0	0	2.986.000	0	0	0	0
01.031.1496-8774	Desenvolvimento das Atividades Parlamentares	35.755.900	0	0	35.755.900	0	0	0	0
01.031.1496-8775	Publicidade das Ações da ALEPA	8.000.000	0	0	8.000.000	0	0	0	0
01.031.1496-8776	Gestão do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC	2.302.000	0	0	2.302.000	0	0	0	0
01.122.1496-8551	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	562.883.610	548.269.470	0	14.614.140	0	0	0	0
01.122.1496-8552	Operacionalização das Ações Administrativas	105.228.822	0	0	91.328.822	13.900.000	0	0	0
01.126.1496-8778	Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação	1.440.000	0	0	240.000	1.200.000	0	0	0
01.302.1496-8554	Assistência Médica, Odontológica, Ambulatorial e Psicosocial	22.132.500	0	0	22.132.500	0	0	0	0
01.331.1496-2323	Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	100.000	0	0	100.000	0	0	0	0
01.331.1496-6075	Concessão de Auxílio Alimentação	95.460.000	0	0	95.460.000	0	0	0	0
01.331.1496-6869	Concessão de Auxílio Transporte	670.000	0	0	670.000	0	0	0	0
01.846.0000-9018	Pagamento de Pensões	27.317.936	18.433.796	0	8.884.140	0	0	0	0
Total		864.676.768	566.703.266	0	282.873.502	15.100.000	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

OGE 2024

Tribunal de Contas do Estado

PRINCIPAIS FINALIDADES:

Exercer o controle externo, auxiliando a Assembleia Legislativa do Estado, mediante o exercício de suas competências e atribuições constitucionais e legais.

Inciso VI do Art.12 da LDO nº 9.977 de 06/07/2023

LEGISLAÇÃO BÁSICA	EMENTA
Constituição do Estado do Pará, arts. 115 a 122.	Dispõe sobre as competências do Tribunal de Contas do Estado e sobre o controle externo.
Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993.	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 20, de 18 de fevereiro de 1994.	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.
Ato nº 24, do Tribunal de Contas do Estado, de 8 de março de 1994, com alterações introduzidas por atos posteriores.	Dispõe sobre o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará.
Emenda Constitucional nº 26, de 16 de junho de 2004.	Dá nova redação ao art.307 da Constituição do Estado do Pará, o processo de escolha de Conselheiro do TCE E TCM, em caso de vaga ocorrida após a promulgação desta Constituição, ou que venha a ocorrer, observado o disposto no art.119, obedecerá os critérios descritos nesta Emenda.
Lei nº 7.086 de 16 de janeiro de 2008	Institui o Fundo de Modernização, reaparelhamento e aperfeiçoamento do Tribunal de Contas do Estado do Pará - funtce, e dá outras providências.
Lei nº 7.624 de 26 de abril de 2012	Dispõe sobre a criação do Gabinete Militar do Tribunal de Contas do Estado do Pará e de seus cargos, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 081, de 26 de abril de 2012	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará, e dá outras providências.
Lei nº 7.681 de 04 de dezembro de 2012	Dispõe sobre a alteração de dispositivo da Lei nº 7.592, de 28/12/2011, criação e transformação de cargos de provimentos efetivo, em comissão e de funções comissionadas do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Pará, e dá outras providências
ATO Nº 63, de 17 de Dezembro de 2012, do Tribunal de Contas do Pará	Aprova o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará.